

De uma conjuntura para outra: Guattari e Deleuze *après-coup*

Guillaume Sibertin-Blanc¹

Tradutora: Agnes de Oliveira Costa²

O objetivo deste texto é antes de tudo metodológico, interrogando um tipo de leitura possível da obra comum de Deleuze e Guattari: o que acontece a essa obra quando a lemos *em conjuntura* e o que essa obra pode nos fazer quando se tenta lê-la assim? Essa questão metodológica abre um campo de debate ainda pouco ocupado, concernindo às confrontações teóricas, ideológicas e políticas nas quais essa obra pode ser reativada, tendo em conta isso que liga, mas que também já separa, sua conjuntura da nossa.

Ler Deleuze e Guattari em conjuntura é recolocar em primeiro lugar sua produção teórica no contexto histórico, social, político e intelectual que a tornou possível, e esclarecer por sua vez o sentido e as formas que eles deram à sua intervenção. É distanciar seus enunciados e deles extrair os meios de interrogar sua operatividade, extrair analisadores hipotéticos disso que nós herdamos dessa conjuntura em que se discernem dificilmente as continuidades e as rupturas, as identificações e as desidentificações. Mas um passo suplementar é necessário para não fugir desde já das dificuldades desse questionamento, do qual depende também o alcance que a ele se quer dar. O problema não é somente interrogar isso que a conjuntura dos anos 1960-1970 nos pode ensinar do empreendimento de Deleuze e Guattari, antepondo uma cartografia prévia sobre o fundo da qual seu trabalho se destacaria, e sobre a qual, por sua vez, eles agiriam. O problema é também entender isso que eles mesmos, à maneira de um sintoma, nos fazem entrever. Ora, a dificuldade é que essa conjuntura se encontra singularmente complexificada, aquela de que Deleuze e Guattari

¹ Originalmente em SIBERTIN-BLANC, Guillaume. “D’une conjoncture l’autre: Guattari et Deleuze après-coup”. In: *Actuel Marx*, 52(2), pp. 28-47, 2012.

² Doutoranda em Ética e Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7993562538809116>. E-mail de contato: agnes.oliveira.costa1@gmail.com.

fazem sintoma amarrando tempos heterogêneos que resistem a isso que o sequenciamento cronológico de um “período” permitiria identificar de modo unívoco.

Eu tentarei precisar essa hipótese geral fazendo valer três observações, ao risco de às desenvolver aqui desigualmente. Primeiramente, uma leitura em conjuntura de Deleuze e Guattari ganha ao refletir sobre a maneira pela qual a categoria mesma de conjuntura se encontra colocada em crise no pensamento guatarro-deleuziano, considerando que essa crise conceitual não é superada, mas, ao contrário, aprofundada, e num sentido radicalizada, pelas noções de devir e de acontecimento que parecem, entretanto, substituí-la. Em segundo, essa crise conceitual se inscreve, no seio de sua enunciação teórica, em uma espécie de torção da historicidade que toma a forma de um *après-coup*³: o efeito diferido, ou antes *suspendido*, dos anos 1968, cujo diagnóstico Guattari efetuará no limiar dos “anos de inverno”, mas que já faz da obra realizada com Deleuze, desde o início dos anos 1970, não “a expressão” dessa sequência, mas ao contrário um trabalho de elaboração de sua inscrição indecisa nesse século. Enfim, esse *après-coup* é ele mesmo *entrecruzado com um outro que o sobredetermina*, mais perturbante talvez, que faz “regressar” no seio dos anos 70, de um modo tanto espectral quanto caleidoscópico, a conjuntura europeia do entre-duas-guerras. Ora, essa conjuntura, que em certos aspectos “anacroniza” o pensamento guatarro-deleuziano em relação a seu tempo, contribui talvez para dirigi-la também à nossa conjuntura, paradoxalmente, em razão desse anacronismo mesmo.

DISJUNÇÃO 1: O Acontecimento Revolucionário, entre devir e história.

A colocação em crise da categoria de conjuntura se ordena, a partir da metade dos anos 1970, em torno da razão do “devir revolucionário”. Esse termo se coloca de imediato por um distanciamento da antífona, difundida no espaço midiático da época com uma complacência enfática, do funesto balanço das revoluções passadas. Mais geralmente, o termo abre espaço à instrumentalização bivalente do discurso histórico face às lutas de emancipação. Não fazer funcionar a história como um discurso de autenticação ou de desqualificação de problemas práticos, tanto existenciais quanto políticos, do engajamento revolucionário; não procurar nela nem os prestígios de grandes garantias teleológicas, nem as vertigens de avisos apocalípticos, cercando a própria palavra revolução do espectro dos “Totalitarismos” (duas maneiras de articular o discurso histórico a uma teologia da *garantia*); evitar em suma esses intermináveis vai-e-vens entre legitimação e deslegitimação das lutas populares em nome de um “plano de desenvolvimento” que prefiguraria os destinos na trama da história: eis que é preciso distinguir da “história das revoluções” os “devires-revolucionários das pessoas”, devires que podem afetar a subjetividade coletiva com cortes imprevisíveis, sempre singulares em seu surgimento, às vezes conectáveis e generalizáveis em seus efeitos, jamais redutíveis, contudo, às linearidades históricas que permitiriam inscrevê-los em um discurso unívoco de poder ou de contrapoder. Esse gesto também visa certamente, conforme à “estratégia minoritária” que Deleuze esforça-se em problematizar a

³ O termo *après-coup* é um termo da língua francesa corrente que foi utilizado por Lacan, que lhe conferiu um sentido particular para traduzir o conceito freudiano de *nachträglichkeit*, visando dar conta dos efeitos que um acontecimento traumático produz não quando ocorre, mas de maneira retrospectiva, *só-depois*. Assim, é no espírito da *nachträglichkeit* freudiana que Sibertin-Blanc emprega o termo *après-coup*. Na língua portuguesa, *nachträglichkeit* foi traduzido ora por *posterioridade*, ora por *a posteriori* ou ainda por *só-depois*.

partir dos anos 1975-1977, confrontar o problema das *normas de historicização* (*normes d'historicisation*) que as ideologias dominantes (aquelas da burguesia contra o proletariado, das hegemonias nacionais contra as minorias, das Nações imperialistas contra os “povos sem história” das colônias) não cessaram de impor ao que podia ou não ser aceito, reconhecido, ou simplesmente significável e perceptível como “ação histórica”. Longe de uma questão somente discursiva e ideológica, a disjunção entre devir e história se ordena cada vez mais e mais claramente, a partir de *Diálogos* (1978) e *Mil Platôs* (1980), sobre uma efetividade social e política marcada por um descentramento tendencial das lutas sociais em relação ao *eixo nacional-estatal* como princípio organizador da representação histórica em geral; descentramento que se opera ele mesmo de maneira ambígua a favor do desenvolvimento de novas potências de acumulação capitalistas, que simultaneamente aproveitam e desgastam as alavancas de intervenção social e econômica dos Estados.

O que caracteriza nossa situação está, ao mesmo tempo, além e aquém do Estado. Além dos Estados nacionais, o desenvolvimento do mercado mundial, a potência das sociedades multinacionais, o esboço de uma organização ‘planetária’, a extensão do capitalismo a todo o corpo social, formando uma grande máquina abstrata que sobrecodifica os fluxos monetários, industriais, tecnológicos (...). Mas a máquina abstrata, com suas disfunções, não é mais infalível que os Estados nacionais que não conseguem regulá-las sobre seus próprios territórios e de um território a outro. O Estado não dispõe mais de meios políticos, institucionais ou mesmo financeiros, que o permitiriam fazer frente aos contragolpes sociais da máquina (...). Enormes desabamentos de terrenos se fazem aquém do Estado (...). Não é surpreendente que todo tipo de questões minoritárias, linguística, étnicas, regionais, sexistas, juvenis, ressurgem não somente a título de arcaísmo, mas sob formas revolucionárias atuais que recolocam em questão, de maneira inteiramente imanente, a economia global da máquina, e os agenciamentos dos Estados nacionais.⁴

Essa distinção entre “devir revolucionário” e a “história da revolução” não deixa de ser problemática, tanto mais porque ela se interioriza necessariamente em uma divisão interna à noção de revolução: entre a revolução como conceito histórico, e a revolução como Ideia prática. Como essa distinção mesma não apelaria uma nova compreensão de sua articulação (como a tinha proposto à sua maneira o conceito marxista-leninista de “conjuntura revolucionária”)? Mas as próprias formulações de Deleuze oscilam a esse respeito entre posições instáveis: ora endurecendo a heterogeneidade dos dois polos, ao risco de tornar incompreensível o fato de que o devir-revolucionário pode ainda animar uma *política*⁵; ora os

⁴ G. Deleuze, C. Parnet, *Dialogues*, Paris, Flammarion, 1978, pp. 175-176. Ver G. Deleuze, *Pourparlers*, Paris, Minuit, 1989, pp. 208-209; G. Deleuze, F. Guattari, *Mille plateaux*, Paris, Minuit, 1980, p. 586 et suiv. Para uma tentativa de clarificação dessa articulação, que não é analítica mas ela mesma *histórica*, entre o “devir-revolucionário das pessoas” e o “devir-minoritário de todo o mundo”, ver G. Sibertin-Blanc, “Deleuze et les minorités: quelle politique?”, *Cités*, n° 40, 2009, pp. 39-57.

⁵ G. Deleuze, F. Guattari, *Mille plateaux*, op.cit., p. 363: “A história só é feita pelos que se opõem à história (e não pelos que se inserem nela, ou mesmo que a reformem) (...) Isso recai sempre na História, mas isso não é jamais oriunda dela”.

dialetizando, e fazendo da “recaída” dos devires nas profundezas históricas das sociedades a questão de uma “micropolítica” que não pode adiar indefinidamente a questão de seus limiares de eficácia histórica ou “macropolítica”.⁶ Talvez, ao contrário, essas questões sejam tributárias de uma primeira mais urgente, que poderia decidir o resto: que é que *produz* essa distinção, se ela não é somente de razão e se no real mesmo ela não vale em todo tempo e em todo lugar? Dito de outro modo, qual é a instância que, *na história*, separa o devir e a história como dois regimes temporais heterogêneos? E por consequência: será que essa disjunção não tem ela própria uma significação histórica, para a sequência do século XX, que tornou necessária a sua teorização, e para nós que a herdamos?

Essa instância que faz assim diferir a história com ela mesma, Deleuze lhe dá desde *Lógica do Sentido* o nome de *acontecimento* (*événement*). Tendo esse conceito brilhado na filosofia francesa das cinco últimas décadas, o exame daquele forjado por Deleuze poderia dar a ocasião de uma leitura sintomática dessa renovação que, se certamente não esvazia o sentido, permitiria ao menos tirar algum ensinamento histórico-conceitual além da só exegese deleuziana. É nesse sentido que se partirá de um texto relativamente tardio – o artigo assinado por Deleuze e Guattari em 1984 “Maio 68 não aconteceu”, onde se enuncia de modo ao mesmo tempo claro e codificado, explícito mas lacunar e instável, e sobretudo diferido (*différé*) em relação à conjuntura que se evoca, o problema indissociavelmente teórico e prático que constitui *o conteúdo objetivo mesmo* de um “acontecimento”, e que toca às categorias de *sujeito* (*sujet*) e de *subjetivação* (*subjectivation*). Que o conceito de acontecimento, para Deleuze, não seja um conceito de objeto (“fato” ou “momento histórico”), que remeta, em vez disso, a objetividade a uma instância problemática que só se deixa identificar como vazio, ou como uma “rachadura” subtraída a sua representação, isso não é uma tese que surge em 1984. Ele já está no centro da teoria do sentido esboçado nos capítulos III e IV de *Diferença e repetição*, e do qual “a excrescência” conduzirá no ano seguinte à *Lógica do sentido*, que forma ao mesmo tempo o prolongamento e o deslocamento. Mas o interesse singular do artigo de 1984, inclusive para reexaminar retrospectivamente essas análises de 1968-1969, é de retomar essa noção de acontecimento à prova de uma sequência histórica determinada (aquela das lutas coletivas nacionais e mundiais dos anos 1960 que nomeia genericamente “Maio de 68”), ao preço de um *après-coup* que tende então à fazer corpo com essa noção, e com o tipo de problema teórico-prático que ela engaja. Para tentar identificar esse problema, mas também as dificuldades de sua formulação em 1984, se proporá a leitura da retomada indireta (numa relação de herança ao mesmo tempo implícita e oculta) de um problema legado, mas sem solução viável, pela problematização marxista da conjuntura revolucionária, que concernia justamente as dificuldades da relação entre teoria e prática, da articulação entre análise das formações históricas e dos vetores de transformação de suas estruturas e as apropriações práticas desses vetores por uma política determinada como prática coletiva de autogoverno das “massas”.

“Maio 68 não aconteceu” gira, em formulas bastante alusivas, em torno da articulação entre duas ordens de considerações: a primeira coloca uma tese concernente à causalidade histórica; a outra formula o problema prático que a responde numa espécie de uma tarefa à cumprir. A tese enuncia que uma mutação social, sempre preparada e tornada possível por séries causais complexas, sociais, econômicas, políticas, apenas se inscreve de início no real

⁶ Ver G. Deleuze, *Pourparlers*, op.cit. pp. 238-239; et G. Deleuze, F. Guattari, *Qu'est-ce que la philosophie?*, Paris, Minuit, 1990, pp. 107-108.

sob a forma de uma *ruptura das cadeias de causalidade* (*rupture des chaînes de causalité*). Guerra, crise institucional ou econômica, revolução, uma conjuntura de transformação histórica não é somente um período de mudança particularmente visível ou barulhenta; é um período onde muda a maneira mesma de mudar.⁷ Que as sociedades mudem e se transformem através de sua história, é um fato; mas o que importa são os momentos onde se introduz um diferencial (*différentielle*) na mudança, quando ela se põe a mudar de outra maneira (*autrement*). Esse diferencial produz então uma ruptura da causalidade histórica, impondo um imperativo prático. Quando uma tal mutação intervém, ela não pode bastar “para tirar as consequências ou os efeitos, seguindo as linhas de causalidade econômica e políticas” supostas invariantes. Tais rupturas de causalidade implicam um tipo de estado de indecisão mais ou menos radical, abrindo um campo de potencialidades cujas linhas de atualização não são pré-definidas, e que implicam o devir social em uma imprevisibilidade objetiva. Nesse sentido, o evento designado pelo nome próprio “Maio 68” não se identifica sem mais ao conjunto de fatos determinados (motins, greves, experiências de autogestão...), nem mesmo às séries complexas de experiências nacionais e internacionais que o conduziram⁸; ele consiste nesse novo campo problemático “metastável”, abertura de possibilidades relativamente indeterminadas, inevitavelmente ambíguas, e que só podem se apreender através de experimentações coletivas em busca de seus próprios saberes. A questão de saber como dar de maneira prática consistência aos possíveis em função dos quais as cadeias de causalidade objetiva, sociais, econômicas e políticas, poderão elas mesmas ser remanejadas, está assentada numa avaliação crítica dos impasses em que se envolve o governo socialista ao chegar no poder. Aos fatores “exógenos” (as ofensivas do capital internacional contra o franco)⁹ e “endógenos” (a evolução das relações de força interna ao Partido Socialista em favor de sua ala social-liberal) geralmente invocadas para explicar o “ponto de viragem” da primavera de 1983, Deleuze e Guattari acrescentam um fator *princeps* sem o qual os precedentes não teriam exercido coação semelhante: a renúncia desde 1981 à inserção da mobilização e da iniciativa popular na transformação social, quando era preciso justamente que “a sociedade fosse capaz de formar agenciamentos coletivos correspondentes à nova subjetividade, de tal maneira que ela queira a mudança”, e sem a qual se encontrava de partida sufocada toda “verdadeira reconversão”.

Desde *Lógica do sentido*, o recurso à linguagem espiritualista da “conversão” servia para pensar a cisão (*schizé*) traumática que um acontecimento – por seu caráter não simbolizável (corte a-significante) e não especulativo (transformação incorporal) – produz em um sujeito, que só pode então viver esse acontecimento por uma assunção poética (*poétique*), nele criando a “vontade que lhe faz o acontecimento”, quer dizer transformando a si próprio para ser capaz de tornar-se o sujeito, o agente e o paciente. Essa tese, quando é transcrita em 1984 na linguagem política oficial da “reconversão” (desta vez, no sentido de um setor industrial

⁷ Se notará a série de acontecimentos nos quais “Maio 68” é recolocado: “Nos fenômenos históricos como a Revolução de 1789, A Comuna, A revolução de 1917, há sempre uma parte de acontecimento, irredutível aos determinismos sociais, às séries causais. Os historiadores não gostam muito desse aspecto: eles restauram as causalidades depois...” (G. Deleuze, F. Guattari, “Maio 68 não aconteceu” (1984), in G. Deleuze, *Deux régimes de fous et autres textes*, Paris, Minuit, 2003, p. 215).

⁸ Se divertindo da crença de alguns que maio 1968 parecia apenas ter se passado “na cabeça dos intelectuais parisienses”, Deleuze lembra que ele foi “o produto de uma longa sequência de acontecimentos mundiais, e de uma série de correntes de pensamento internacionais”: ver G. Deleuze, *Foucault*, Paris, Minuit, 1986, p.123, n. 45; et *Dialogues*, *op. cit.*, pp. 175-176.

⁹ Sibertin-Blanc refere-se aqui à moeda “franco”, vigente na França antes da adoção do euro a partir de 1999 (N.T.).

ou de uma zona de emprego [*bassin d'emploi*]), vem apontar um problema subjetivo análogo que as tecnocracias econômicas e estatais se obstinam em ignorar essencialmente, ao mesmo tempo que registram, ao contrário de um subjetivismo voluntarista, a extrema ambivalência que introduz uma conjuntura de agitação histórica no seio dos processos de subjetivação, de seus modos de reconhecimento simbólicos e imaginários, das coordenadas do agir e do saber que nela se apoiam. Ora, de uma conjuntura a outra, Guattari havia já chamado a atenção, no início dos anos 1960, sobre as dimensões gerais desse problema: “não se pode compreender a história do movimento operário se se recusa a ver que em certo momento das instituições do movimento operário são produzidos novos tipos de subjetividade e, para forçar as coisas, eu diria mesmo de ‘raças humanas’ diferentes. Um certo tipo de operário da Comuna de Paris tornou-se totalmente ‘mutante’, não havia outra solução para a burguesia a não ser a de exterminar. Eles foram percebidos como uma ameaça diabólica, insuportável. (...) A história nos oferece assim verdadeiras ‘guerras de subjetividade’”¹⁰

Mas esse problema aparecia imediatamente no seio de um diagnóstico crítico dos processos revolucionários do “socialismo real”: um diagnóstico que tenta subtrair da análise do “fracasso revolucionário” a linguagem paranoica das fidelidades e das traições, dos desvios e das recuperações, para reinscrevê-la, ao contrário, no presente vivo das lutas e da duração dos processos revolucionários, no remanejamento das construções subjetivas no seio das relações de força da conjuntura, nas formas de institucionalização e da desinstitucionalização desses modos de subjetivação, de seus “complexos”, de seus impasses, bem como de suas iniciativas criativas. Então, não se trata simplesmente de fazer valer os direitos de uma subjetividade contra o reino de um determinismo objetivo, social e econômico; trata-se de levar em conta as transformações subjetivas implicadas em todo um processo de agitação ou de transição revolucionária, mas inseparável de experimentações institucionais através das quais os coletivos podem se autoanalisar e conquistar capturas sobre as mutações nas quais eles são tomados. Assim, desde 1966, na hora onde se animavam as controversas sobre a Revolução Cultural na China, Guattari demandava considerar a criatividade institucional como um “critério de avaliação” do devir do socialismo real, só essa criatividade pode decidir a capacidade eminentemente contingente de incorporar o acontecimento revolucionário de 1917 em novos agenciamentos coletivos de desejo e de enunciação populares. Desse ponto de vista, escrevia Guattari, “a falha da criação institucional na Rússia em todos os domínios, desde a precoce liquidação dos soviets”, deve contar entre os fatores determinantes do fracasso da revolução Russa. A partir do momento, por exemplo, que os bolcheviques começaram a importar do Ocidente fábricas automobilísticas todas montadas, eles não reintroduziram somente as funções tecnológicas, eles reincorporaram simultaneamente formas de divisão do trabalho, de separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre funções de direção e de execução, de modos de consumo, de tipos de relações humanas e de expressão “fundamentalmente estranhas ao socialismo”: em suma, tipos de relações sociais que reintroduziram formas de subjetividade capitalistas no seio da “construção do socialismo”.

É precisamente ao nível dessa criatividade institucional, onde se joga praticamente a diferença entre espontaneísmo e organização, que os debates internos à IIIª Internacional

¹⁰ F. Guattari, J. Oury, F. Tosquelles, *Pratique de l'institutionnel et politique*, Figneux, Matrice Éditions, 1995, p. 53.

tinham cristalizado em uma alternativa binária, que pode ser enfrentado praticamente o problema das remanescências, dos bloqueios, das fixações que comprometem a transformação revolucionária *nos agentes mesmo* que pretendem realiza-la.¹¹ E é precisamente desse ponto de vista que é diagnosticado, em 1984, o “não-lugar” de maio de 1968: não o fracasso de seus efeitos, mas o fracasso em inscrever seus efeitos nos traços discursivos, práticos, existenciais e coletivos, através de processos de institucionalização, únicos que teriam permitido suportar os reagenciamentos da subjetividade política necessitadas pelo acontecimento. Esse não-lugar é precisamente a forclusão desse problema subjetivo que não deixa outra alternativa senão entre, de um lado, o fantasma de uma tecnocracia onipotente “que operava do alto as reconversões econômicas necessárias”, de outro lado, os sujeitos vulneráveis relegados nas “situações de abandono controladas”, e que não tem outra solução que a de se apoiar às velhas soluções institucionais frágeis da Família, da Religião e da Nação onde se encontra os delírios reacionários da Ordem e da histeria das identidades.

Após 68, os poderes não cessaram de viver com a ideia que “tudo se resolveria”. E com efeito, tudo se resolveu, mas nas condições catastróficas. Maio de 68 não foi consequência de uma crise nem a reação a uma crise. É muito mais o inverso. É a crise atual, são os impasses da crise atual na França que decorrem diretamente da incapacidade da sociedade francesa de assimilar Maio 68. A sociedade francesa mostrou uma radical impotência para operar uma reconversão subjetiva ao nível coletivo, tal como exigia 68: portanto, como poderia ela operar uma reconversão econômica nas condições de “esquerda”? Ela não soube *proponer* nada às pessoas: nem no domínio da escola, nem naquele do trabalho. Tudo isso tinha novamente sido marginalizado ou capturado. Vê-se hoje as pessoas de Longwy se apegar a seu ferro, os produtores de leite a suas vacas, etc.: que mais fariam, já que todo agenciamento de uma nova existência, de uma nova subjetividade coletiva foi impedido de abancar pela reação contra 68, tanto à esquerda quanto à direita.¹²

DISJUNÇÃO II: A CONJUNTURA REVOLUCIONÁRIA, ENTRE CAUSALIDADE HISTÓRICA E INTERVENÇÃO POLÍTICA

Tomando agora um pouco de recuo em relação a essa argumentação, se pode observar que o “não-lugar” do acontecimento diagnosticado em 1984 é objeto de duas apreciações que, sem ser necessariamente incompatíveis, orientam a análise em direções sensivelmente diferentes. De um lado, que o acontecimento não tenha lugar, que ele não tenha lugar no momento em que Deleuze e Guattari escrevem, resulta de um diagnóstico crítico das criações institucionais e políticas, em que as deficiências fornecem o critério ao presente. Mas de um outro lado, o não-lugar desse acontecimento em suspenso, na pendência de agenciamentos coletivos capazes de criar as condições de assunção subjetiva para um

¹¹ Ver G. Deleuze, Foucault, op. cit., p. 123.

¹² G. Deleuze, F. Guattari, “Mai 68 n’a pas eu lieu”, op. cit., pp. 215-216.

novo “si” (tal essa nova vontade que não preexiste à mutação na qual ela faz-se de “quase causa”), se dá a pensar como uma dimensão constitutiva do acontecimento enquanto tal. Como se sua inatualidade, a contingência de sua atualização, a imprevisibilidade de seus efeitos na duração aberta de suas repercussões posteriores, se confundisse com sua positividade mesma, e não formasse, em suma, nada de outro que a modalidade paradoxal de sua eficácia própria: uma eficácia à distância, essencialmente diferida (*différée*), que só pode produzir efeitos “fora” de seu presente ou de seu “lugar”. De sorte que a insistência do seu não-lugar, para além do desdobramento empírico da sequência histórica nacional e mundial a qual ele está evidentemente atado, toca diretamente a temporalidade histórica. Com efeito, é na distância de sua sucessão que o acontecimento “Maio 68” aparece ao mesmo tempo como uma ruptura do processo histórico, e como uma injunção ainda ativa a uma transformação, institucionalmente criativa, de formas de subjetividade. Mas é também, ao mesmo tempo, isso que separa precisamente o processo histórico de seu “sujeito”, e que faz que esse último resista a ser pensado como o que teria sido o agente e o paciente do acontecimento. Tudo se passa, então, como se o acontecimento, impedido de remeter o processo histórico e o sujeito um ao outro, fizesse aparecer, como duas faces do seu não-lugar, de um lado um “processo sem sujeito”, de outro um sujeito virtual, virtualizado pela abstenção de capturas práticas sobre esse processo.

Eu queria sugerir que um tal não-lugar do acontecimento só pode emergir no trabalho do conceito em razão de condições históricas determinadas, entre as quais devem contar a crise e o refluxo da formação discursiva marxista que dominava até então largamente os modos de enunciação, representação e problematização da crítica social e política. Se sabe, entretanto, que seu sucesso tinha sido paradoxalmente indissociável de suas heranças múltiplas e conflituosas, clivadas e clivantes – pois são suas clivagens internas que permitiram durante mais de um século desenvolver as críticas *marxistas* do marxismo -, até um ponto de fragmentação e disseminação, tornando mais e mais complicada essa auto-referencialidade, ainda que crítica, do marxismo¹³. Tornando também, no agravamento da crise do movimento operário que havia se iniciado com a Grande Guerra e a derrota face ao fascismo no entre-duas-guerras, mais e mais insustentável a identificação do sujeito da política que o movimento operário acreditou poder garantir. Através do esmagamento do movimento comunista europeu pelo fascismo dos anos 1930, a guarnição stalinista sobre as vias leste-europeias de “construção do socialismo”, a cisão sino-soviética e a crise do movimento comunista internacional, a integração tendencial de sindicatos e partidos operários ocidentais nos aparelhos estatais e econômicos de regulação dos conflitos sociais, essa crise deveria tornar mais instável a figura de um sujeito da história, ou seja, os corpos de representações teóricas e ideológicas nas quais os movimentos operários marxistas e suas organizações tinham projetado a unidade – unidade fictícia certamente, mas extraordinariamente eficaz sobre o plano de construções subjetivas e organizacionais da luta de classe – das massas e do partido, na figura do *proletariado*, sujeito coletivo que encarna a verdade do processo histórico, portador de seu sentido através de sua luta por uma sociedade sem classe.¹⁴ O deslocamento

¹³ Ver exemplarmente os textos de Althusser do fim dos anos 1970 (“Enfim a crise do marxismo!”, “O marxismo como teoria ‘acabada’...”), e as análises de A. Cavazzini, *Crise do marxismo e crítica do Estado. O último combate de Althusser*, Reims, Le Clou dans le Fer, 2009.

¹⁴ Aconteceu ao próprio Deleuze fazer a ligação entre a distinção devir/história e o apagamento dessa figura do agente revolucionário como sujeito da história: ver por exemplo G. Deleuze, *Pourpalers*, op. Cit., p.234

desse sistema de representação, e especificamente a maneira em que ele se repercutiu sobre o conceito marxista-leninista de conjuntura revolucionária, forma desse ponto de vista o objeto mesmo do conceito deleuziano de acontecimento, que não remete exatamente a um objeto (um tipo de momento particular no seio do tempo histórico), mas a um problema forcluído do real (não-lugar, falta ou lugar vazio), e presente nos discursos de Deleuze e Guattari como o lugar de uma tarefa prática, sobre a qual tomaremos por sintomático que sua indeterminação (ou a indeterminação de seu sujeito) só seja compensada no artigo de 1984 de um modo todo verbal, pelo recurso à entidade imaginariamente plena da “sociedade” (“a incapacidade da sociedade francesa de assimilar Maio 68”, a “radical impotência da sociedade francesa” em “propor as pessoas” qualquer coisa...).

Essa hipótese encontra, a meu ver, um apoio confiável no trabalho conduzido desde o início dos anos 1960 por Althusser, de início porque se encontra nele um esforço contínuo, ao mesmo tempo singular em sua condução e emblemático em sua questão de fundo, por tomar nota dessa crise e por avaliar, do interior do marxismo, a dimensão disso que impõe a renúncia à ideia de um sujeito da história e aos corpos de representações que o são associados: a) do ponto de vista de uma teoria da prática teórica, a suposição de um sujeito capaz de apreender o processo histórico em uma representação totalizada; b) do ponto de vista de uma teoria da prática política, a possibilidade de unificar sujeito do conhecimento e sujeito agente em uma instância refletindo uma na outra, numa transparência sem resto, a apropriação teórica e prática do processo histórico; c) do ponto de vista de uma teoria da própria temporalidade histórica, a garantia de um agente determinado a nela encarnar o sentido, o princípio de desenvolvimento ou o fim. Mas a forma de pensar de Althusser é significativa ainda porque, demonstrando esse dispositivo, ele é imediatamente conduzido a reabrir um trabalho de elaboração de um *conceito materialista de conjuntura* – como se a ele competisse assumir todas as consequências desse gesto crítico –, o que esclarece então, *a contrario*, a instabilidade que marca na história teórica e ideológico-política do marxismo essa noção de conjuntura, daquilo que nela é absolutamente crucial e provavelmente sub-elaborado.

Que a noção de conjuntura na história do marxismo ocupe um lugar crucial é evidente, primeiramente, do ponto de vista do materialismo histórico como saber das “formações sociais”, das contradições internas a suas relações sociais e sua reprodução, e dos vetores de suas transformações. Ela é crucial sobretudo do ponto de vista da prática histórica como prática coletiva tomada e como parte envolvida nas contradições, o que impeliu procurar nela as diferenciações internas – seja na tentativa de formalizar sequências ou fases distintas no seio de uma conjuntura revolucionária, ou ainda distinguindo conjunturas revolucionárias e conjunturas onde a revolução é somente “a ordem do dia”. Em um contexto teórico que recusa abstrair a prática coletiva das condições históricas que as tornam possíveis e que determinam ao menos parcialmente as modalidades de realização, a noção de conjuntura não concentra, finalmente, nada mais que o problema da articulação da teoria e da prática: lugar por excelência de verificação do seu saber, quer dizer, o ponto onde a positividade de seu conhecimento das estruturas e das contradições sociais deve comprovar-se na “análise concreta da situação concreta”, mas também lugar de sua prova prática, aquela da apropriação das tendências históricas por um agente coletivo capaz de inflectir ou

(“Como um grupo girará, como ele cairá na história, é isso que impõe um perpetuo ‘problema’. Nós não dispomos mais de uma imagem do proletariado em que ele bastaria tomar consciência”).

precipitar o curso, a conjuntura como o momento por excelência da *subjetivação política* do processo histórico. Mas, ao mesmo tempo, se compreende em que sentido a representação de um processo histórico, suposto determinar as composições subjetivas das forças coletivas que deveriam nele intervir, podia tender simultaneamente à tornar secundária a elaboração desse conceito de conjuntura, no limite torná-lo supérfluo ao fazê-lo, como o deplorava Sartre no início da *Crítica da razão dialética*¹⁵, uma palavra vaga aplicada à simples confirmação daquilo que uma filosofia da história suporia já nos assegurar (com as violências, acrescenta Sartre, leitor da dialética hegeliana do Terror, que ela implica para forçar o real quando este não se dobrar ao imaginário). O que significava negar com um mesmo gesto as dificuldades específicas que coloca a análise de conjuntura e o problema nodal de uma *política* marxista.

Precisamente, todo o problema de uma tal política reside nas maneiras pelas quais tendências históricas contraditórias se subjetivam em agentes coletivos de uma prática política, o que significa que essa prática é necessariamente tomada em uma dupla dialética, mas sem harmonia pré-estabelecida, sem garantida que essas duas dialéticas concordem ou se sucedam uma a outra: uma dialética interna às estruturas históricas, cujas contradições múltiplas determinam os vetores de transformação; mas também uma dialética relativamente específicas a essa prática política, que impõe a seus agentes a unidade contraditória da heteronomia das condições históricas de suas práticas (que nunca dominam completamente) e da autonomização das formas de suas práticas por relação à política das classes dominantes, portanto também por relação aos outros modos de subjetivação dos sujeitos da política. É no ponto de (dis)conjunção dessas duas dialéticas, dialética histórica e dialética política, que é preciso localizar o ponto nodal de intervenção de Althusser no campo do marxismo, mas ao preço, por contragolpe, de uma cisão interna ao seu pensamento, para retomar a proposição de Étienne Balibar, entre um “althusserismo da estrutura” e um “althusserismo da conjuntura”¹⁶ Cisão que Althusser se esforçou sem cessar de reduzir sem, entretanto, anular, e mesmo ao contrário, de se tornar cada vez mais visivelmente consciente de sua irredutibilidade.

Para ir direto ao ponto, lembremos simplesmente em apoio a esta observação que a renovação da concepção marxista-leninista da dialética histórica que comanda, de *Pour Marx à Lire Le Capital* e além, a redefinição, sob a metáfora vinculativa da “tópica”, do conceito de todo social, longe de excluir o problema da conjuntura é em grande parte orientado por sua recolocação. É significativamente o caso quando Althusser media as consequências de uma determinação propriamente materialista da dialética sobre a concepção de temporalidade e de causalidade históricas. Se se trata então de fazer face à representação da temporalidade histórica veiculada pela estrutura idealista da dialética, como “reflexão, na continuidade do tempo, da essência interior da totalidade histórica, encarnando em um momento o desenvolvimento do conceito”¹⁷, é sobretudo mostrando que, fazendo de cada presente a expressão da identidade a si de uma totalidade social sempre sincrônica ou contemporânea dela mesma (pois toda inteira presente em cada um dos seus elementos ou de seus momentos), essa representação torna impossível assim como inútil a construção de um

¹⁵ É. Balibar, “Un reencontre em Romagne”, Préface à L. Althusser, *Machiavel et nous*, Paris, Tallandier, 2009, pp. 18-19

¹⁶ É. Balibar. “Une reencontre em Romagne”. Prefácio à L. Althusser. *Maquiavel e nós*. Paris, Tallandier, 2009. Pp. 18-19.

¹⁷ L. Althusser, “L’objet du ‘Capital’”, in L. Althusser et al., *Lire Le Capital* (1965), rééd. Paris, PUF, 1995, p. 270.

conceito operatório da conjuntura.¹⁸ Porque um tal conceito supõe a *mínima* inscrição da temporalidade histórica nas condições de complexidade, de heterogeneidade e desigualdade interna das formações sociais, que tornam pensáveis uma temporalidade histórica ela mesma múltipla e diferencial, marcada pelas desigualdades internas e pelos deslocamentos dessas desigualdades que, num mesmo gesto, destituem a categoria idealista de presente histórico como “corte de essência” (*coup d’essence*) e tornam determináveis as reviravoltas internas de uma conjuntura, os deslocamentos correlativos dos “lugares” de intervenção revolucionária (política, econômica, cultural), as variações de seus ritmos e de suas urgências, as repartições móveis dos objetivos primários e secundários, as composições e divisões de forças coletivas em função desses “lugares” e de seus objetivos.¹⁹

O problema não é, então, somente a elaboração de uma teoria geral da temporalidade histórica adequada aos pressupostos do materialismo histórico, ao contrário, é o de estabelecer as condições de validade de toda uma série de noções que Althusser estima insubstituíveis para a análise concreta “sob conjuntura”, embora essas noções sejam, sem dúvidas, irredutivelmente ancoradas em uma metáfora que continua a veicular a ideia de um tempo de base ou de uma temporalidade unificada. Assim, noções de “desigualdade de desenvolvimento”, de “avanço” e de “retardo”, de “sobrevivência” e de “anacronismo”, de “regressão sem repetição” etc., todas noções ou “quase conceitos” conotando a heterogeneidade em si do presente ou as desigualdade internas da conjuntura como multiplicidade assíncrona.²⁰ A teoria da sobredeterminação conduz a tentativa de dar um status rigoroso a essas noções por definições “impuras”, fazendo interferir o conhecimento histórico e as tomadas de ação no presente, funcionando, portanto, ao mesmo tempo como conceitos objetivos e como indicadores táticos nas relações de força que escapam sempre, ao menos parcialmente, a sua objetivação. Ela permite, por fim e sobretudo, a identificação do problema *político* ao qual esses quase-conceitos fazem alusão. Com base no pressuposto da multiplicidade irredutível das contradições, da heterogeneidade dos “lugares” onde elas se desenvolvem, da desigualdade dos “graus de eficácia”, que são coeficientes diferenciais da incidência histórica, se trata de dar lugar à variação ou ao “deslocamento” dessas contradições desiguais, e à contingência de sua “fusão” (seguindo a metáfora de *Pour Marx*) ou à aleatoriedade de seu “encontro” (seguindo aquela de *Machiavel e nós*). Em outros termos, a “astúcia do teorismo” althusseriano, baseando na complexidade estrutural das formações históricas a *necessidade da contingência* à qual é submetida a causalidade histórica, é minar *num mesmo gesto* todo fundamento “teórico” à intervenção política, toda garantia *a priori* da precisão de sua intervenção em um presente histórico determinado.

Mais ainda, quanto mais Althusser se empenha em reduzir a distância que separa a análise das estruturas sociais – objeto do materialismo histórico – e a análise das conjunturas – peça indispensável de uma política marxista que não deslocaria imaginariamente suas dificuldades próprias sobre o plano de uma filosofia da história – mais se intensifica a exigência de ter de sustentar simultaneamente: a) que o “sentido da história” só pode ser apreendido no presente, b) mas que, por sua vez, esse presente só se dá na complexidade interna, “assíncrona”, de uma conjuntura, portanto, também na equivocidade desse

¹⁸ Ver *ibid*, pp. 295-296.

¹⁹ Esse ponto será central na sua análise da RCC: ver L. Althusser, ‘Sur la révolution culturelle’, *Cahier marxistes-léninistes*, novembre-décembre 1966, n° 14, pp. 5-16.

²⁰ L. Althusser, *Lire Le “Capital”*, op. cit., pp.293 e seg.

“sentido”. c) e que se encontra *ipso facto* excluído toda possibilidade de poder adotar um ponto de vista sobre o todo, obrigando a apostar num elo decisivo²¹, sem qualquer garantia teórica da “conversão” das tendências históricas em uma prática política que a ela seja ajustada, portanto de toda possibilidade de fusão da teoria e da prática como toda unificação de seu sujeito (massas, proletariado, classes exploradas, multitude...). Donde a necessidade em que se encontra Althusser de redobrar, como bem sublinhou novamente É. Balibar, a sobredeterminação de uma *sub-determinação*, que não é seu complemento simétrico, mas seu ponto focal, seu limite e seu excesso não passível de dialética (*dialectisable*).²² Se a noção de sobredeterminação designa a necessidade da contingência dos pontos de ruptura ou de mutação das estruturas sócio-históricas, a de sub-determinação reporta essa própria necessidade a sua contingência fundamental, portanto à qualquer coisa como uma *contingência da contingência* (isso que Althusser chamará tardiamente “o aleatório”) que faz que não tenha qualquer garantia, mesmo estrutural, que haja história, e que haja uma subjetivação ou a politização de um “sujeito” para a *fazer*. Ao ponto que se pode perguntar se estamos aqui ainda lidando com uma “determinação” propriamente falando, portanto com um elemento inscritível no registro de uma causalidade histórica, de uma racionalidade de seus processos, de uma localização de suas tendências contraditórias e de um ajustamento de tomada prática e política sobre essas tendências; ou se é preciso fazer apelo, como propôs mais recentemente É. Balibar, à qualquer coisa como uma “heteronomia da heteronomia”, espécie de uma *causa ausente* maquinando sobre uma “outra cena” a dialética política-histórica da autonomia e heteronomia do sujeito da política.²³ Ora é precisamente a esse último nível que se pode situar a intervenção de Félix Guattari, e de modo particularmente significativo, seu ensaio sobre “A causalidade, a subjetividade, a história”²⁴, onde se pode localizar retrospectivamente um dos pontos de encontro de Guattari com o trabalho que ao mesmo momento Deleuze persegue de seu lado ao redor de uma lógica do sentido e do acontecimento, e que será ainda o plano de fundo do diagnóstico de “Maio 68 não aconteceu” que permite explicitar ao mesmo tempo os termos e o problema subjacente tocando a subjetivação revolucionária – problema explícito nos anos 1960 e tornado, nós vimos, forcluído em 1984.

A SUBJETIVAÇÃO REVOLUCIONÁRIA À PROVA DO IMPOLÍTICO, ENTRE INCONSCIENTE E HISTÓRIA.

O texto de Guattari é contemporâneo da publicação de *Pour Marx* e de *Lire Le Capital*, e se apresenta mesmo em parte como fundamentado contra eles²⁵, mas ao preço de um contrassenso tão massivo que esclarece por contragolpe diretamente o próprio empreendimento de Guattari. Lendo a reelaboração althusseriana da dialética materialista

²¹ É. Balibar, “Une reencontre en Romagne”, op. cit., pp. 13-14

²² É. Balibar, Avant-propos à L. Althusser, *Pour Marx* (1965), rééd. Paris, La Découverte, 1996, pp. VIII-IX.

²³ Ver É. Balibar, “Trois concepts de la politique: émancipation, transformation, civilité”, *La Crainte des masses*, Paris, Galilée, 1997.

²⁴ Se trata de fato de um grupo de quatro textos redigidos entre 1966 e 1968 reunidos num único conjunto na coleção *Psychanalyse et transversalité* publicado em Maspero em 1972.

²⁵ O que se observa não somente na ofensa explícita contra “os althusserianos”, mas na análise guattariana da “ruptura leninista”, que se pode ler, mesmo se ela não se reduz a isso, como uma resposta à interpretação da análise leninista da Revolução de outubro em *Pour Marx*. Ver F. Guattari, *Psychanalyse e transversalité*, rééd. Paris, La Découverte, 2003, pp. 183-195.

como uma reabilitação “sorradeira” de um determinismo histórico, lá onde Althusser, se lembramos, faz exatamente o inverso, Guattari se empenha precisamente em problematizar por conta própria isso que resta para Althusser como um limite do que pode ser articulado sobre o terreno do marxismo: a sub-determinação da conjuntura, onde a incidência dessa “contingência da contingência” na qual consiste a dimensão propriamente de *acontecimento* de uma conjuntura. Guattari propõe indexar os traços sobre um plano de uma causalidade *sui generis*, operando “em contraponto ao princípio mesmo da determinação”, como uma “causa ausente” maquinando sobre uma outra cena as instâncias da estrutura social e suas cadeias práticas e discursivas. Utilizando a conceitualização lacaniana na qual ele foi formado, Guattari identifica essa “ordem de contra-determinação” no jogo de “rupturas significantes” que, à semelhança de lapsos ou atos falhos, fazem sintomaticamente corte nas cadeias enunciativas e nas séries significantes nas quais se articulam sobre a cena das lutas de classes as construções identitárias dos agentes coletivos, suas organizações e seus aparelhos institucionais, seus regimes de enunciados teóricos e ideológicos nos quais se formulam seus interesses, suas aspirações e suas recusas, seu lugar no mundo moderno e seu papel na história: em suma, o conjunto das estruturas simbólicas e imaginárias no qual se sustenta a evidência dos significados, como sistema de vivência e elemento da consciência histórica. Mas é nas rupturas significantes que se decidem “possíveis rupturas da causalidade histórica”²⁶. Psicanalista e militante, Guattari apela à necessidade de cartografar um novo tipo de campo analítico capaz de identificar essas brechas ou rupturas sintomáticas que desestabilizam as constelações simbólico-imaginárias nas quais as relações de forças sociais *se subjetivam e se institucionalizam*, obrigando a abrir a teoria da causalidade história sobre essa dimensão desconhecida, e até certo ponto irreduzivelmente irreconhecível: “esse nível inconsciente [onde] a história se trama e as revoluções surgem”.

É a partir de lá que se pode com razão considerar uma causalidade na ordem da luta de classe. Embora se recuse a reconhecer, é bem sobre o plano da subjetividade e do significante que o movimento revolucionário desenvolve sua intervenção, se empenhando a fazer emergir de outras rupturas significantes uma transmutação subjetiva quando, em um sistema dado, a burguesia persiste inutilmente em articular as oposições de todas as ordens (...), então mesmo que elas não funcionem mais nem ao nível da produção inconsciente, nem daquela da produção econômica. Assim, os termos da luta de classe – a classe das palavras da classe – talvez verão seu acento e suas articulações fundamentalmente modificados, enquanto que aqueles que continuam a proferir seus enunciados sem respeitar essa nova sintaxe inconsciente cairão fora da ruptura subjetiva revolucionária na ordem do dia, reificarão a lógica histórica – lógica do não-sentido – e malgrado recairão no estruturalismo.²⁷

Se pode, é evidente, continuar a fazer como se “jamais verdadeiramente a causalidade histórica das relações de força não tenha perdido seu direito nesse caso, que essa

²⁶ Ibid., p.183

²⁷ Ibid., p.181

famosa ruptura significativa – a ruptura leninista – é apenas um engodo”, e que a história resta regida em última instância pelas leis “que a imaginação positivista emprestou”²⁸. O importante é que só se possa fazer isso retrospectivamente, revelando por isso mesmo a dimensão irreduzivelmente imaginária do princípio da determinação ou da causalidade histórica: aquela que consiste em “colmatar” retrospectivamente esses efeitos de rupturas, ao preencher essas brechas, ao restaurar a continuidade dos desenvolvimentos e das identidades. E essa colmatagem não se faz somente na cabeça de qualquer teórico, mas também no corpo mesmo da sociedade e seus processos de subjetivação. Guattari sublinha-a num exemplo que é claramente bem mais que um exemplo: o que ele chama a “ruptura leninista fundamental”, no resultado do II ° congresso do Partido Operário Social-Democrata em julho de 1903²⁹, e que conduzirá à cisão entre bolcheviques e mencheviques. Se essa cisão reenvia à toda uma série de causas históricas assinaláveis na ordem da determinação das relações de forças históricas³⁰, entretanto, observa Guattari, é a partir de elementos aparentemente menores, senão propriamente insignificantes face ao desafios macropolíticos da conjuntura³¹, que é desencadeado o conflito, que as posições opostas são radicalizadas, que são fixados os termos e as alternativas presentes, e que para além dessa cisão, onde fundiam uma multiplicidade de fatores contingentes, cristalizaram irreversivelmente todo um corpo de representações e de oposições significantes: dos estilos de enunciados, dos esquemas de interpretação, dos atos de nomeação dos posicionamentos políticos e ideológicos, e mesmo das formas de corporeidade e expressividade, posturas, gestos, maneira de “martelar as fórmulas” etc., que não cessaram de se repetir durante toda a história política do marxismo-leninismo. “O que ocorreu lá é repetido noutra lugar ao infinito. Os enunciados se cristalizaram e se destacaram definitivamente de suas situações enunciativas. Colocados em posição de enunciados dominantes, sua função era então tentar dominar toda enunciação de ruptura. Atitudes, todo um estilo ‘bolche’ profissional, um gosto perverso pela ruptura originária associada a uma enorme flexibilidade tática frisando, às vezes, à duplicidade, foi lançada sobre o mercado da subjetividade militante”.³² E essa axiomatização do *ethos* militante devia submeter a subjetivação revolucionária à lei de uma repetição tanto mais compulsiva quanto as construções identitárias - tomadas em seus enunciados - se tornariam mais e mais desconectadas das potencialidades efetivas da situação atual, portanto cada vez mais sujeitas à negá-las, fechando-se na segurança das séries significantes, alimentando no vazio um imaginário de sujeito e de sentido da história essencialmente feito para *conjurar* todas novas rupturas, quer dizer toda nova potencialização política, tanto subjetiva quanto organizacional, do processo revolucionário.

Donde a tarefa *analítica* de remontar aos regimes de enunciados em torno dos quais se sedimentaram as fantasmatisações e identificações imaginárias das organizações políticas e militantes atuais³³, de identificar a *contingência* das oposições significantes que nelas se

²⁸ Ibid., p. 184

²⁹ Lenin dará, ele próprio, sua interpretação pouco depois, em *Un pas en avant deux pas en arrière* (1904)

³⁰ F. Guattari, *Psychanalyse et transversalité*, op. cit., p. 188

³¹ Id. “Tudo girou sobre a definição de militante, sobre uma divergência relativa a *duas palavras* num parágrafo dos estatutos, e depois a querela passou ao número e membros do comitê de redação do Iskra (...). É a partir desse gênero de questões que foi desfeito o frágil equilíbrio que teria sido mantido, bem ou mal, pelos grupos fundadores do Partido Social-Democrata Russo.”

³² Ibid., p. 188-189

³³ Ver *ibid.*, p. 194

estruturaram, e de analisar o *devoir-nécessaire* dessas oposições; mas também, por sua vez, de espreitar as fendas do presente, por assim dizer, as novas rupturas que, à título de sintomas, portanto em condições irreduzivelmente ambivalentes, poderiam se revelar portadoras de virtualidades ou potencialidades subjetivas suscetíveis de provocar, mais ou menos em curto prazo (na realidade em uma duração aberta impossível de predeterminar), uma reconfiguração dos grupamentos de potência e das relações de força. – Mesmo que essas rupturas no significante se re-sedimentem em novas estruturas simbólicas-imaginárias, reificando os regimes de enunciados de ruptura de seu processo de enunciação, ou mesmo erigidos sob novas conjunturas à posição de enunciados dominantes essencialmente destinados “a dominar toda nova enunciação de ruptura...”³⁴

Um tal campo analítico teria, enfim, de tomar nota de que essas rupturas não batem sobre o mesmo ritmo dos posicionamentos políticos e ideológicos dos indivíduos e dos grupos sobre a cena histórica; as rupturas podem produzir na cena histórica efeitos à distância; elas podem abrir nas constelações de significação remanejamentos, de princípio imperceptíveis ou os mais insignificantes, nos setores mais inesperados do campo social ou os menos “políticos” em aparência³⁵. Se sabe que para problematizar uma tal instância, teoricamente mais também praticamente, Guattari proporá com Deleuze o conceito de “processo desejante” (ou de desejo esquizofrênico), depois aquele de “devoir-minoritário” e de “devoir-revolucionário”, forjados ao longo de uma interrogação persistente sobre o fascismo histórico e sobre os mecanismos permanentes de domínio de um “micro-fascismo” de massa no seio dos Estados nacional-capitalistas pós-guerra.

Voltemos para concluir ao “tropismo dos anos 1930” ao qual a introdução fazia alusão. É estranho que se possa até hoje suspeitar que Deleuze e Guattari idealizaram, a favor do período de crescimento autocentrado dos países da Europa ocidental, um capitalismo enfim livre das crises sistêmicas e de seus conflitos de classes, e que conseguiu neutralizar o avanço de toda constituição de uma força contra-hegemônica capaz de colocá-lo em causa globalmente. Sua análise da “axiomática capitalista” é, ao contrário, explicitamente e integralmente polarizada pelas crises de sobreacumulação como “limites imanentes” da acumulação alargada, pelas novas formas econômicas e monetárias que elas estão tomando, pelas transformações, através das reviravoltas da guerra fria e das lutas de liberação nacional, das estruturas da divisão internacional do trabalho, da troca desigual e dos modos “pós-coloniais” de dominação, pelos primeiros assaltos de um neoliberalismo iniciando já sua empresa de desmantelamento do Estado social herdado do pós-guerra, combinando formas inéditas de “periferização interior” à reativação de técnicas predatórias da acumulação primitiva no “centro” do capitalismo mundializado³⁶. O surpreendente é, antes, que essas tendências amplas reativem sobre a cena do pensamento guattari-deleuziane - ora sobre o modo explícito da tematização, muitas vezes de maneira indireta pelos motivos ou exemplos evocados - os problemas colocados pela sistematização da forma estado-nacional sobre o

³⁴ *Ibid.*, p. 188

³⁵ *Ibid.*, p. 178

³⁶ Ver notadamente DELEUZE, G; GUATTARI, F. *L'Anti-Edipe*, Paris: Minuit, 1972, pp. 263-312; et *Mille plateaux*, *op. cit.*, pp. 566-591. Sobre os diferentes pontos supracitados, ver por exemplo LAZZARATO, M. *La Fabrique de l'homme endetté. Essai sur la condition néolibérale*, Paris: Éditions Amsterdam, 2011, pp. 33-69; SAUVETRE, P. “Minoriser l'Europe pour sortir du postcolonialisme intérieur”. In: *Lignes*, n° 34, février 2011, pp. 145-160; SIBERTIN-BLANC, G. *La Politique et l'État chez Deleuze et Guattari*, Paris: PUF (a publicar em 2013).

continente europeu ao fim da primeira guerra, “a invenção” correlativa do status de minoria como “instituição permanente”, o encadeamento das crises econômica, financeira, política, e a exacerbação dos racismos de classe e xenofobia à escala de massa, a repressão de organizações comunistas e a falha do movimento operário em combater a fascistização europeia, o resultado da “solução fascista” na “máquina de guerra” mundial. Pode ser que, ao longo de sua obra comum, eles não deixaram de ver no fascismo uma condensação da aporia nodal da política: a incapacidade de conquistar uma atitude capaz de libertar as cristalizações inconscientes das identificações coletivas, na urgência de uma conjuntura marcada por uma manipulação do inconsciente à escala de massa pela qual se destruíu o espaço político ele mesmo. Será, portanto, preciso recolocar o problema que já havia preocupado Benjamin, Reich ou Bataille, dos mecanismos de identificação coletiva, e do lugar que está preparado para acolher, no pensamento político e na análise política do fantasma, o imaginário das identificações institucionais e “histórico-mundiais”, incluindo em suas formas extremas da despersonalização ou, ao contrário, da histeria e do delírio de identidades (mas, na verdade, as formas extremas comunicam, e singularmente nos períodos de crise econômica e institucional onde se exacerba a concorrência dos Estados, de sua população e de seus territórios). Mas será também preciso aprofundar as implicações práticas, e colocar por isso mesmo o problema fundamental de toda política da emancipação confiando e confiada à autonomia de seu sujeito – o problema da heteronomia da própria política – mas conduzindo-o até seu limite “excessivo”: aquele de uma instância heterogênea impolitizável, essa “outra cena” do inconsciente onde se inscreve sintomaticamente os impasses e as crises que atravessam seus agentes coletivos. Que esses restos ou esses sintomas, teorizados como “máquina desejantes” e depois como “devir”, não integrável numa racionalidade política, estratégica, ou mesmo ético-social (no sentido da *Sittlichkeit* hegeliana), possam fazer, no entanto, retornar brutalmente, na ordem das relações ao corpo e à linguagem, à arte e à sexualidade, ao espaço e à história, formando tantos traços da heterogeneidade em si dos sujeitos da intervenção política, eis o que apela à construção de um espaço analítico *suis generis* permitindo nele iniciar ações conjurando os desastres que correm sempre o risco de ganhar neles uma empresa absoluta. É esse espaço que Deleuze e Guattari começaram a tematizar como “esquizo-análise”, depois como análise “micropolítica” dos “devires-revolucionários dos povos”. Ela faz de Deleuze e Guattari não somente os primeiros “lacano-marxistas” em relação aos seguintes, Žizek à frente, até aqui evitados de se confrontarem seriamente, mas também os primeiros pensadores do “impolítico” na sequência do pós-guerra, em que os diálogos com Derrida, Esposito ou Balibar restam inteiramente por inventar.